

**VI Workshop de Unidades de Conservação
 "Brasil: Construindo um Sistema de Unidades de Conservação"**

Uso Público: Possibilidades e Limites em Áreas Protegidas

Fábio de Jesus

Para adentrarmos no tema do Uso Público na unidades de Conservação, se faz necessário contextualizar esta atividade no âmbito do turismo.

1- O que é o Turismo?

O turismo é reconhecido internacionalmente como "a maior industria civil do mundo".

Esta indústria, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), foi responsável por 6% do PIB mundial no ano de 1993, empregando um em cada quinze trabalhadores em todo o mundo. As expectativas são que estes números dobrem até o ano 2.005 (WTTC 1992).

A pesar dos números cada vez mais expressivos, em termos do turismo internacional, se faz importante lembrar que o turismo internacional ainda é um privilégio de poucos; 80% do turismo internacional tem origem somente em 20 países, os mais industrializados.

O pico do turismo internacional, no Brasil ocorreu em 1986, com a entrada de 1,93 milhões de turistas (Healy, 1996).

Em termos do mercado mundial, o qual tem um crescimento anual de aproximadamente 9%, o Brasil vem decaindo em termos de receita, caindo de 1,7% em 1980 para 0,47% em 1990 (Healy, 1996).

Várias campanhas e políticas dos Governos Federal e Estadual estão sendo implementadas no sentido de reverter este quadro de sub utilização deste potencial.

O Turismo doméstico no Brasil é economicamente muito mais importante que o internacional. O doméstico , em 1995 apresentou uma receita bruta de aproximadamente 45 bilhões de dólares, o que representa aproximadamente vinte vezes a receita oriunda do turismo internacional (Healy, 1996).

2- O Ecoturismo

Dentre os vários seguimentos do turismo, o que esta diretamente relacionado às unidades de conservação é o Ecoturismo.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (WTO) o turismo voltado para a natureza foi responsável por 7% de todas as viagens internacionais de 1989 (WTO 1992).

Um outro aspecto relacionado ao ecoturismo e a possibilidade deste gerar benefícios de ordem econômica e social, principalmente para as regiões onde a atividade conservacionista é praticada e muitas vezes mal entendida, pela dificuldade desta conservação ser materializada em benefícios e por exigir a não utilização ou utilização racional dos recursos naturais.

Foi dentro desta proposta, ou seja, o aproveitamento dos parques nacionais, como propulsor das atividades de ecoturismo, a nível regional, que a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA se baseou para o estabelecimento dos Pólos Ecoturísticos.

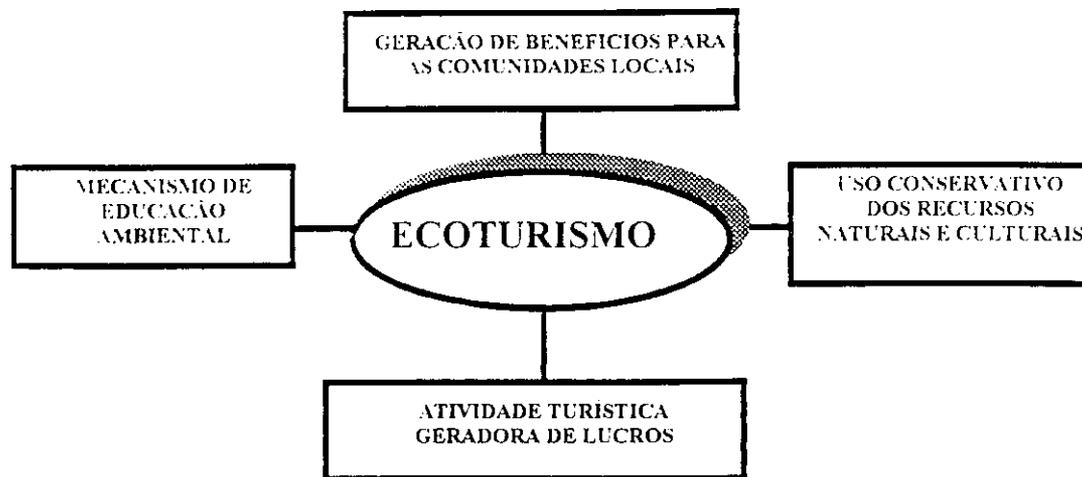
O potencial nacional para a atividade é imenso. São 6 mil quilômetros de costa com belas praias, a Floresta Amazônica, o Pantanal, montanhas, canyons, rios, associados a cultura, a gastronomia, ao carnaval e ao povo.

Com todo este potencial, o Brasil ocupa a quadragésima sexta posição no rank mundial de destinações turísticas segundo a Organização Mundial de Turismo (1995).

No Brasil, o turismo com enfoque nos recurso naturais foi iniciado nos anos 70, e sob a forma de ecoturismo nos ano 80.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, foram estabelecidas em 1994, pelos Ministério da Indústria, Comercio e Turismo e Ministério do Meio Ambiente , da Amazônia Legal e Recursos Hídricos.

Dentro destas Diretrizes, Ecoturismo é entendido como sendo "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".



Esta desproporção estabelecida entre o potencial existente a efetivação como destino turístico se deve a diversos fatores, como exemplo:

- Altas tarifas aéreas, tanto doméstica como internacional,
- Altas tarifas turísticas;
- violência, e,
- inadequação das facilidades para o turismo.

Ao Brasil, foi concedido o status de país de megadiversidade e a Floresta Amazônica, reconhecida internacional pela sua importância ambiental e também em termos de turismo. Apesar de toda esta situação favorável, a Costa Rica se tornou o destino mais importante, para a prática do ecoturismo em florestas tropicais, seguido do Equador e Peru.

Um dos maiores problemas, em termos dos Parques Nacionais para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, com exceção do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, está relacionado a pouca oferta e / ou a baixa qualidade da hospedagem e a inexistência de facilidades para a visitação.

Neste sentido esforços tem sido realizados para realização ações conjuntas entre o IBAMA e o BNDES, e futuramente o envolvimento do SEBRAE e o SENAC.

A mudança de valores ligados a questão ambiental, a estabilidade econômica por que passa o país, e a marcante presença da mídia nesta temática, tem gerado um crescimento na procura pelas unidades de conservação.

Este crescimento tem gerado uma maior pressão sobre os recursos utilizados, demandando ações de manejo específicas, bem como a realização de pesquisas mais voltadas ao uso público, e estudos para a indicação de formas de minimizar os impactos e saber o "ótimo" em termos de visitação.

A mudança de postura do turista também está relacionada a:

- busca de atividades mais ativas nas férias;
- crescimento do interesse sobre a temática ambiental;
- busca de cultura e ambientes "exóticos" ou bucólicos;
- aumento da disponibilidade de informação sobre os recursos naturais, através dos documentários para televisão, livros, revistas e guias especializados .

3- O que é visitação em um Parque Nacional e para que Serve?

São 12 os objetivos nacionais de conservação da natureza que um sistema de unidades de conservação deve atingir, quatro estão relacionados ao uso público (Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, II Etapa, 1982) :

1. Conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentável, visando a recreação e turismo;
2. Conservar valores culturais da nação - para a investigação e visitação;

3. Levar o desenvolvimento através da conservação a regiões até então pouco desenvolvidas; e
4. Proporcionar meios para educação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais;

Um dos objetivos básicos de conservação é administrar e manter serviços recreativos e de turismo, sendo este nos Parques Nacionais um objetivo primário para o manejo da área e dos recursos (Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, II Etapa, 1982).

Nos Critérios de Seleção de Categoria de Manejo, apresenta que uma área para ser classificada como Parque Nacional, deve conter formações ou paisagens de significado nacional, onde espécies de plantas ou animais, sítios geomorfológicos e habitats sejam de grande interesse científico, educacional e recreacional (Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Etapa, 1982).

Apesar de toda esta abertura que é dada às atividades recreativas, as experiências em vários países tem demonstrado que a visita dentro de uma área protegida deve ser desenvolvida de maneira tal que não comprometa os outros objetivos de básicos de conservação

Dentro desta perspectiva, a visita em um Parque Nacional deve ser vista como um meio de aproximar o visitante dos recursos naturais, levando sempre em consideração que esta atividade não é um fim em si mesma.

São fortes as pressões e tendências para que os Parque Nacionais se tornem auto sustentados em termos econômicos e participem de maneira mais significativa na arrecadação do IBAMA.

Diante desta situação é preciso ter bem claro as possibilidades e os limites apresentados pelos próprios recursos naturais, os quais são os principais objetos da nossa atuação em quanto técnicos do sistema de áreas protegidas do Brasil.

Ao visitar um parque o visitante é importante que o visitante tome consciência da importância, em termos ambiental, cultural e social, do que está sendo protegido e o motivo desta proteção.

4- Onde Estamos

O Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, conta hoje com 39 Parques Nacionais, onde 19 deles estão abertos a visita, São eles: Itatiaia (RJ), Iguazu (PR), Serra dos Órgãos (RJ), Ubajara (CE), Aparados da Serra (SC-RS), Araguaia (TO), Chapada dos Veadeiros (GO), EMAS (GO), Caparaó (MG), Sete Cidades (PI), Tjuca (RJ), Brasília (DF), Monte Pascoal (BA), Serra da Canastra (MG), Serra da Capivara (PI), Marinho dos Abrolhos (BA), Serra do Cipó (MG), Marinho de Fernando de Noronha (PE), e Chapada dos Guimarães (MT).

A visita ocorre ainda, com relativa expressão nos Parques Nacionais da Serra da Bocaina (RJ), mediante autorização) e Lençóis Maranhenses e Chapada Diamantina, com pouco controle.

Dentre estes Parques:

- 12 contam com centro de visitantes;
- 2 contam com exposições (não podendo ser consideradas interpretativas dentro de uma real concepção);
- 3 contam com áreas para camping
- As atividades que são desenvolvidas nestes Parques, são basicamente as seguintes - caminhadas em trilhas , mergulho, passeios de barco, visita a gruta, natação e banhos de cachoeira, áreas para piquenique e churrasco, visita a sítios arqueológicos e escalada.
- Basicamente todos estes parques não contam com um sistema de sinalização, material informativo, e pessoal voltado para esta atividade ;
- Sistema de monitoramento de visitantes e das áreas visitadas incipiente ou inexistente;
- Inexistência de procedimentos mínimos de segurança;
- dificuldades para realização de "pequenas coisa", porém grandes aos olhos dos visitantes, causadas pelo engessamento administrativo;

- contratos de concessão defasados e serviços prestados sem muita qualidade

Apesar da nossa fragilidade em termos das condições para o desenvolvimento das atividades de uso público, a visitação é crescente em vários Parques Nacionais.

5- Onde Queremos Chegar?

Sim, queremos mais visitantes. Queremos que os nossos parques possam servir de palco para as mais ricas experiências vivenciadas pelos visitantes. Queremos que as áreas abertas a visitação cumpra com seu papel de propiciar atividades recreativas, tendo como pano de fundo a educação e o contato com a natureza.

Queremos que cada trilheiro possa perceber as diferentes formas e cores das folhas, que em cada passeio de barco se possa sentir a força do rio ou do mar, que o silêncio de cada mergulho sirva de momento para uma introspecção sobre os valores da natureza, que cada centro de visitantes sirva de bússola, que ao escala uma montanha, o montanhista se perceba diante da imensidão da paisagem e que cada comunidade vizinha possa perceber o "tesouro" que esta ao seu lado.

Sim, queremos visitantes, e nossa responsabilidade enquanto técnicos e institucional, de forma direta ou indireta, pela proteção de "pequenas partes" do território nacional, as quais guardam grandes riquezas, está em conhecermos os nossos limites técnicos, em termos como bandeira da nossa atuação os princípios e objetivos da proteção e conservação dos recursos naturais.

Não existem fórmulas mágicas, existe sim objetivos a perseguir.

Vamos conhecer e respeitar a vocação dos nossos parques nacionais, vamos planejar juntos o melhor uso para esta áreas.

6- O que Necessitamos?

Para que os parques nacionais cumpram com seus objetivos, em termos de visitação, se faz necessário a definição de diretrizes para:

- novas propostas de atividades para os parques nacionais, como escaladas, canoagem, trekking, observação de pássaros, atividades artísticas, dentre outras;
- atividades voltadas a deficientes físicos;
- o ecoturismo planejado de forma integrada e a nível regional,
- maior retorno econômico para as comunidades vizinhas;
- desenvolvimento de técnicas de planejamento e monitoramento das áreas de visitação e dos visitantes;
- estabelecimento de novas possibilidades para uma maior agilidade administrativa;
- novos contratos e formas de prestação de serviços voltados ao visitante;
- pessoal qualificado para a atividade;
- retorno econômico para os parques dos valores arrecadados.

7- Como Chegar Lá?

Tendo como horizonte, os parques nacionais "desenvolvidos" em termos ideais de uso público, a caminhada para esta situação poderá ser longa e árdua, porém ela já foi iniciada e podemos estar mais perto deste ideal do que pensamos.

Não pretendemos "reinventar a roda", vamos aproveitar as ricas experiências de outros países traçando os nossos próprios caminhos.

Para isto é necessário que:

- nos tornemos mais profissionais dentro deste tema;
- tenhamos bem claro o que queremos em cada momento; conheçamos nossas limitações técnicas;
- estabeleçamos parcerias mais eficientes;
- tenhamos um programa de concessão mais realista e profissional;
- resistir as possíveis pressões;
- tenhamos de forma clara qual a nossa missão enquanto técnicos do Sistema de Unidades de Conservação; e
- lembrar sempre que o nosso maior compromisso é com a proteção e conservação dos recursos naturais.

Referências:

- **Ceballos-Lascuráin**, Héctor . 1996. Tourism, Ecotourism, and Protected Areas. IUCN Protected Areas Programme.
- **Healy Robert** G. 1996. Tourism Policy in Brazil: Development Alternatives and Environmental Consequences. Nicholas School of Environment- Duke University.
- **Nobre**, Ismael. 1997. Pólos Ecoturísticos - Subsídio para o Planejamento, Documento de Informação Básica sobre Ecoturismo e Uso Público em Parques Nacionais e Sua Zona de Influência. IBAMA / DIREC.
- Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Etapa, II.1982. IBAMA.

- **Fábio de Jesus**
Diretoria de Ecossistemas/IBAMA/DF